

PRESS RELEASE

Os Direitos Humanos acima de tudo!

A UE deve, a qualquer custo, evitar um fracasso moral e colocar em prática as melhores razões da sua existência: a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e a paz.

Bruxelas, 5 de julho de 2017

Chegam diariamente às fronteiras do sul da Europa barcos com milhares de pessoas em busca de um futuro melhor ou simplesmente em busca da sobrevivência. Desembarcam, em solo europeu, exaustos, famintos, assustados; muitos foram torturados e no caso das mulheres, muitas delas violadas. São nossos irmãos e irmãs: fazem parte do grupo de pessoas com quem, e para quem, a EAPN trabalha; não importa de onde vêm ou a cor da pele; distinguenos apenas o acaso de termos tido a sorte de nascer na parte "certa" do mundo.

“Os Estados Membros parecem incapazes de responder com dignidade, solidariedade e humanidade a esta situação de emergência, que não envolve bancos, dinheiro ou mercados, mas sim pessoas. E isto coloca completamente em causa as razões da existência da União Europeia. Devemos de uma vez por todas combater as causas da pobreza, desafiando o modelo económico que nos levou até este mundo desequilibrado e desigual, que tem precisamente maior impacto nas pessoas e nos países que enfrentam situações de pobreza extrema”, afirma Sérgio Aires, Presidente da EAPN.

Perante esta situação que ameaça pôr fim ao sonho europeu, a EAPN afirma o seguinte:

- Os Governos europeus devem parar de se esconderem por detrás da distinção hipócrita entre refugiados políticos e económicos. Quer fujam da fome, da pobreza ou da guerra, não faz qualquer diferença.
- Os Governos europeus devem implementar o plano de recolocação acordado e alargá-lo para cobrir os migrantes que chegam, em desespero, todos os dias.
- Na próxima Cimeira dos Ministros da Administração Interna da UE (Talim, 6 de julho), os Estados Membros que fazem fronteira com o Mediterrâneo devem concordar em abrir os seus portos para o desembarque de barcos que salvaram essas pessoas em mar alto, conforme solicitado pela Comissão e o governo italiano.
- O Acordo de Dublin, que foi assinado num período diferente, numa altura em que esta situação de emergência não era esperada, necessita de ser revisto de maneira a cobrir de forma mais abrangente os grupos de migrantes que fogem à pobreza e favorecer a recolocação e o respeito pelo direito de trabalharem e viverem no país que escolherem.

- Os Governos europeus devem deixar de culpabilizar e, em alguns casos, criminalizar, inicialmente de forma subtil, mas cada vez mais explicitamente, as ONGs pelo trabalho que fazem no mar e que poupam milhares de vidas todos os dias. Em vez disso, devem ser ativamente apoiadas com meios e recursos.
- Nenhum acordo deve ser estabelecido entre os Governos da UE e os países, como a Líbia, onde não há respeito pelos direitos humanos ou pela vida humana. O acordo com a Turquia deveria ter-nos ensinado uma lição difícil!

EAPN declara ainda o seguinte:

- A UE deve abrir “corredores” humanitários. Só quando isto acontecer os refugiados chegarão em segurança e as organizações criminosas cessarão de ganhar dinheiro no tráfico (e morte) de pessoas inocentes, muitas das quais mulheres e crianças.
- Deve ser implementado o mais rápido possível um "Plano Marshall" abrangente, sustentável e democrático para a África e outros países de origem, com um investimento em grande escala, concebido em conjunto com a população local.

Por fim, a EAPN solicita que as instituições da UE e os Estados Membros façam todos os esforços necessários para combater a onda de opinião xenófoba, racista e fascista, habilmente propagada e encorajada em alguns locais, não só colocando a coesão social e o futuro da Europa em grave risco, e que se não for travado, será a causa da maior derrota moral da União Europeia.

Para mais informação, contacte p.f.:

Leo Williams, Diretor da EAPN | leo.williams@eapn.eu | Tel. +32 2 226 58 50

A European Anti-Poverty Network (EAPN) é a maior Rede Europeia de redes nacionais, regionais e locais, envolvendo ONGs e grupos que desenvolvem a sua intervenção no domínio da luta contra a Pobreza, assim como Organizações Europeias ativas no combate à pobreza e à exclusão social. Foi criada em 1990.